

Plano de Governo

Eleições 2020

**A Alternativa Socialista
para Ipatinga**

Prefeito: Rair Anício - 16

Vice-Prefeito: Haroldo Jr

PSTU

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

PLANO DE GOVERNO PSTU - ELEIÇÕES 2020

I - Construir uma Alternativa Socialista para os Trabalhadores de Ipatinga!

O PSTU apresentará nessas eleições uma proposta de Alternativa Socialista para a classe trabalhadora de Ipatinga e do Vale do Aço. O sentido de nossas propostas é avançar no combate contra a exploração capitalista sobre os operários e a maioria da população. Esses exploradores também impõe uma vida dura de opressão contra as mulheres, principalmente trabalhadoras, contra negros e negras, contra LGBT's. Usam a opressão para dividir nossa classe e contamina-la com o veneno do machismo, racismo e lgbtfobia.

A solução é unir todos os explorados e oprimidos para realizar uma Revolução Socialista e colocar o conjunto das riquezas a serviço de acabar com miséria crescente, com o desemprego, a falta de saúde e educação precária. Defendemos um mundo novo, um mundo Socialista.

a) Pandemia e crise capitalista!

Estamos vivendo a maior crise da história do capitalismo. A pandemia do Corona Vírus afetou bilhões de pessoas, seja pelo confinamento obrigatório de 40% da humanidade, seja pelo contágio em mais de 35 milhões de pessoas e a morte de mais de um milhão de pessoas. Por outro lado, centenas de milhões de pessoas perderam seus empregos. Vivemos os efeitos mais nocivos da crise do capitalismo, no qual fica evidente sua completa falência e incapacidade em garantir uma vida digna para a grande maioria da população.

O presidente Bolsonaro, o governador Zema, o atual prefeito de Ipatinga Nardiyelo Rocha, bem como, os prefeitos da região, alinhados a uma política genocida, cada um com sua parcela de responsabilidade, atuaram contra as orientações de especialistas, da OMS, infectologistas, de garantir isolamento social até que se contenha o contágio. Agiram dessa forma para garantir os interesses de acionistas das grandes empresas como a USIMINAS, APERAM, Vale, grandes comerciantes e do agronegócio.

Os resultados são assustadores. O Brasil já é considerado o pior país do mundo no combate à pandemia. E isso tem um preço. O número de mortes não para de subir. Nacionalmente, são quase 140 mil óbitos, oficialmente, e mais de 4 milhões de contaminados, além de um número gigantesco de casos subnotificados (pode ultrapassar 40 mil casos de óbitos). Em Minas Gerais, são mais de 7.000 óbitos e mais de 300 mil contaminados, números oficiais, mas que podem ser muito maiores segundo o

próprio governo. Zema chegou a dizer que "*o vírus precisava viajar um pouco*", e agora quase todos os municípios do Estado tem casos da doença. Vidas foram perdidas, nossas vidas.

No Vale do Aço chegamos a 17.000 casos confirmados e 356 óbitos, oficialmente, e podemos considerar mais de 10 vezes esses números, por conta da subnotificação.

b) O que foi a tragédia das privatizações?

A pandemia do Corona vírus acelera os traços destrutivos do capitalismo. Mas esses veem se agravando com o tempo a partir de medidas de pilhagem do Estado e retirada de direitos dos trabalhadores. Um desses ataques mais funestos e brutais foram as privatizações. E no Vale do Aço não temos dúvidas de afirmar que significaram um desastre sem precedentes.

Resgatemos um pouco da história da Usiminas, pois muito dos seus trabalhadores tem menos de 15 anos de empresa e assim, desconhecem como era essa empresa em tempos de estatal, a qual foi a 1ª siderúrgica do grupo ***SIDERBRÁS** a ser privatizada, isso em 1991. Naquela época, a empresa contava com aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e quase 2 vezes esse contingente de empresas contratadas, vale ressaltar também que os salários pagos enquanto estatal, podiam dar ao menos condições de vida digna aos seus trabalhadores, porém, com a ação de um governo neoliberal, esse entregou-a a burguesia, onde grandes bancos e outros grandes empresários, arremataram suas ações por valores quase simbólicos, o tão conhecido: *a preço de bananas*.

Daí em diante começou a saga de rebaixamento dos empregos e condições de vida e dos empregos, salários irrisórios, trabalhadores fazendo a função de outros trabalhadores que foram demitidos e a desumana terceirização, a qual um trabalhador próprio é substituído por outros de uma empresa contratada, que tem salários bem mais baixos, praticamente inexistem benefícios. Hoje, a Usiminas conta com pouco mais de 5 mil trabalhadores diretos e talvez 2 ou 3 vezes mais indiretos, deixando muito claro que a privatização e a terceirização são só benéficas para o patrão, pois o trabalhador só tem a perder com isso.

Na APERAM não foi diferente. A antiga ACESITA foi constituída com dinheiro público e privatizada em 1992. A empresa tinha 8.600 trabalhadores diretos à época e chega hoje com 3.000 diretos e indiretos. No final, uma empresa que também tinha capital nacional, onde foram investidos bilhões de dólares ao longo de décadas, foi entregue quase de graça para fundos de pensões, e grandes multinacionais. Quem perdeu e quem ganhou? É só ver o balanço dessas empresas nos últimos anos.

Somente essas duas empresas privatizadas, que já eram uma das mais modernas do mundo, eliminaram, após as privatizações, quase 20.000 postos de trabalho diretos na região. Foram substituídos por postos de trabalho precários, em empresas terceirizadas, com salários bem mais baixos, com alta rotatividade e muito menos direitos. Enquanto a maior parte das riquezas produzidas são enviadas para fora do país e distribuídas entre poucos acionistas, que sequer conhecem o Vale do Aço.

c) Crise se agrava com pandemia.

Com a pandemia a realidade de miséria e desemprego se agravaram. Segundo a Caixa, cerca de 66 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial, e isso corresponde direta ou indiretamente a 126 milhões de brasileiros, de um total de cerca de 210 milhões de habitantes. Além disso, dos trabalhadores de carteira assinada, que ainda procuram empregos, são mais de 13 milhões de desempregados e 40 milhões de trabalhadores informais. Mais de 600 mil micros, pequenas e médias empresas já fecharam as portas. Pela primeira vez na história, mais da metade da classe trabalhadora está sem carteira assinada, desempregada ou subempregada.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), **a renda média do brasileiro sofreu uma queda de 20,1%, baixando o valor para R\$ 893, ante R\$ 1.118 reais.** Nesse mesmo período, a desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, subiu 2,82%. A pesquisa afirma que a situação econômica afetou mais os indígenas (-28,6%), analfabetos (-27,4%) e jovens de 20 a 24 anos (-26%). As mulheres também foram bastante afetadas, com 20,54% de queda geral na renda trabalhista, contra 19,56% dos homens.

O outro lado da moeda é que os maiores bilionários saem mais ricos desse desastre: *"o patrimônio líquido desses super-ricos aumentou de US\$ 123,1 bilhões (mais de R\$ 650 bilhões) em março para US\$ 157,1 bilhões (mais de R\$ 832 bilhões) em julho – um aumento de US\$ 34 bilhões (mais de R\$ 160 bilhões) em quatro meses!"*, segundo estudo da Oxfam.

Em Ipatinga, segundo o CAGED, cerca de 13 mil demissões ocorreram durante a pandemia, com o fechamento de mais de 5.000 postos de trabalho. Em geral, essas demissões ocorreram por falta de política desde o governo federal e estadual que proibisse as grandes empresas de demitirem e por outro dessem garantias de crédito aos pequenos empresários para manutenção dos postos de trabalho. Ao contrário, as leis aprovadas pelos governos facilitaram as empresas a reduzirem os salários e a renda, agravando a situação dos mais pobres. Vejam o que fez a Usiminas, que em plena pandemia, anuncia sua reestruturação com o fechamento da USIMEC e a perda de 1.000 postos de trabalho diretos (numa empresa que já teve 6.000 operários e operárias).

d) Os remédios do capitalismo para a crise.

O país vive um intenso processo de desindustrialização e desnacionalização. Enquanto o setor industrial perde espaço, as mineradoras e o agronegócio crescem. São medidas que retrocedem no desenvolvimento no terreno da produção de tecnologia, indústria e, inclusive na soberania do país. Enquanto EUA, China, Europa desenvolvem a indústria aeroespacial, da informática, da robótica, o Brasil fica fora desse desenvolvimento e se especializa em produção primária, sem valor agregado. E pior, produção voltada para exportação, com acelerada destruição da Amazônia, Pantanal e Cerrado, da fauna, flora.

Um outro aspecto desse processo que denominamos "regressão colonial" é a piora da qualidade de vida da maioria da população trabalhadora. As grandes empresas demandam assim a retirada de todos os direitos trabalhistas e previdenciários, dessa forma, conseguiram passar no Congresso as Reformas Trabalhista e Previdenciária. Antes mesmo haviam aprovado o congelamento dos investimentos, que significam o desmonte dos serviços públicos. Os quais entram no cardápio das privatizações, com instituição de cobrança de mensalidades nas universidades públicas e, como querem, alguns partidos e banqueiros, até mesmo no ensino básico. O mesmo se dá na Saúde, com a entrada de OS (Organizações Sociais), PPP's (Parcerias Público Privadas), como formas de privatizar e desmontar a saúde pública.

Bolsonaro e sua trupe de generais, oriundos dos esgotos da ditadura, assim como Zema representam esse projeto de forma escancarada, sem pinturas e maquiagem, permitindo abertamente o genocídio sem precedentes no país. Ameaçam constantemente impor uma ditadura e acabar com as poucas liberdades democráticas que temos, eliminando a oposição, os partidos, sindicatos, e a liberdade de pensamento e organização. Ataca direitos das mulheres, negros e negras, LGBT's, povos originários. Bolsonaro representa o pensamento colonial da burguesia nacional e sua submissão ao imperialismo.

A dita oposição, que clama por democracia e pela vida, aplica uma política semelhante a Bolsonaro nos Estados onde governam. Sejam governadores como Dória (PSDB), sejam os da dita "esquerda", como Ceará, Piauí, Maranhão, a quarentena somente foi garantida pela justiça, e nenhuma outra medida que garanta um enfrentamento à pandemia de forma mais séria foi garantida. Ao contrário, apressou-se a liberar o funcionamento de indústrias, comércio, ou seja, o funcionamento de grandes empresas, ajudando a promover a disseminação do vírus.

O PT e seus partidos aliados, governaram o país por 13 anos e mantiveram a mesma estrutura desigual e semicolonial do país. As grandes empresas privatizadas pelos governos anteriores permaneceram nas mãos do capital privado, como USIMINAS, APERAM, VALE e CSN. Sequer foi feita a Reforma Agrária, ao contrário, promoveram uma concentração maior no campo e o controle das gigantes do agronegócio sobre a produção de alimentos. No Vale do Aço, Ipatinga, Timóteo, também tiveram governos do PT, onde jogaram a energia de milhares de operários, estudantes, professores que lutavam por uma cidade e um mundo melhor, em projetos de conciliação de classes. Perdeu-se anos e anos de energia das lutas sociais em governos de coalizão com corruptos da pior espécie.

Uma ilusão. Pois, enquanto não se tomar medidas concretas acerca dessa estrutura social desigual na qual vivemos, reestatizar as empresas privatizadas e usar os recursos produzidos pelos trabalhadores a serviço da maioria da população, não existirá solução por dentro do capitalismo. Por este motivo entendemos que essa via não é Alternativa para a classe trabalhadora no Vale do Aço, de Minas Gerais e do país.

e) Fora Bolsonaro e Mourão!! Fora Zema! Fora os governos genocidas.

A reconstrução do país, que leva em conta promover de fato uma quarentena geral e irrestrita, com garantia de renda para os trabalhadores e pequenos empresários, emprego, e atendimento médico universal, significa um enfrentamento sem a menor trégua contra os interesses dos banqueiros, grandes empresários (da cidade e do campo) e das multinacionais. Esses que hoje se beneficiam com a sabotagem do isolamento social e com o genocídio em marcha.

Neste sentido, é uma necessidade empreender uma luta, ampla, organizada, de todos os explorados e oprimidos para salvar vidas. Juntar todos os movimentos da classe trabalhadora, desempregados, Associações de bairros, de estudantes, sem-terra e sem-teto, os atingidos pela mineração e por barragens. Dentro dessa luta devemos organizar a luta pelo Fora Bolsonaro/Mourão e Fora Zema. Derrotar esses governos genocidas é fundamental para conseguir enfrentar a pandemia e a crise econômica.

f) Reestatização das Usiminas, Aperam e Vale! Estatização do sistema financeiro para garantir emprego e renda!

É bem verdade que, mesmo quando essas empresas eram estatais, não serviam diretamente aos interesses da população trabalhadora, eram parte de um sistema capitalista, mas que permitia concessões aos trabalhadores e garantia condições mais dignas de trabalho e renda.

Mas a gestão capitalista dessas estatais nunca foi para favorecer os trabalhadores. Tanto é assim que em 1963 ocorreu o vergonhoso massacre de Ipatinga, no qual foram assassinados pela polícia dezenas de metalúrgicos da USIMINAS, manchando de sangue para sempre nossa história. Logo depois, com o golpe de 64, os militares instituíram um regime de terror sobre a classe operária, com controle dos sindicatos e um sistema de vigilância totalitário, onde todos eram vigiados por um serviço de inteligência privado da Usiminas. Mesmo com a queda da ditadura, esse sistema de controle e repressão permaneceu, sendo que até mesmo o sindicato estava nas mãos de "pelegos" que defendiam os interesses da empresa.

Por isso, propomos como medida fundamental de nosso Plano de Governo, a reestatização da USIMINAS, mas também o controle dos trabalhadores sobre a produção e a circulação das mercadorias. Dessa forma, a gestão de uma pequena minoria de privilegiados que organizam a empresa para direcionar o lucro para os acionistas, passaria a priorizar o atendimento das demandas coletivas e resolver os principais problemas da nossa classe. E demonstramos aqui que esses recursos existem.

Os trabalhadores da Usiminas e Aperam, para falar aqui somente das maiores do Vale do Aço, todos os anos produzem uma riqueza imensa. No entanto, a maior parte dos recursos fica com os acionistas. Uma parte muito pequena fica em impostos para financiar o sistema de saúde, educação, saneamento. Essa enorme desigualdade se manifesta na arrecadação das prefeituras.

Arrecadação total Prefeitura	2018	2019
Ipatinga	646.424.666,50	770.510.517,69

Timóteo	198.262.182,79	210.051.784,28
Coronel Fabriciano	347.082.851,43	233.214.069,78

Logo abaixo, vemos parte do relatório financeiro do grupo Usiminas de 2019 (considerando todas as unidades) em que podemos perceber como é distribuída a riqueza produzida pelos trabalhadores após abater os custos de produção. **Vejam que os impostos municipais, e aqui entra todos os municípios onde a Usiminas tem unidade, significam somente 0,4% (2019) do faturamento total do Grupo Usiminas. Os salários de todos os trabalhadores e os encargos sociais significam somente 6% do faturamento da empresa.**

RESULTADOS

Em 2019, a Usiminas gerou valor econômico direto maior que R\$ 18 bilhões, registrando também alta produtividade, com mais de quatro milhões de toneladas de aço produzidos na siderurgia.

Valor econômico direto gerado (R\$ milhares) ¹¹		
Valor econômico direto gerado (R\$ milhares)	2018	2019
Receitas totais brutas	17.499.783	18.841.146
Valor adicionado distribuído (R\$ milhares)		
	2018	2019
Pessoal e encargos	1.048.119	1.120.390
Salários e encargos	866.268	964.503
FGTS	77.256	81.766
Remuneração da Administração	35.817	31.115
Participação dos empregados nos lucros	65.206	39.736
Planos de aposentadoria	3.572	3.270
Impostos, taxas e contribuições	1.191.719	1.269.142
Federais (I)	634.157	136.438
Estaduais	476.244	1.041.313
Municipais	73.657	80.305
Incentivos fiscais	7.661	11.086
Remuneração de capitais de terceiros	1.138.128	1.208.005
Juros	915.426	944.997
Despesas cambiais	225.421	261.312
Outras	2.719	1.696
Remuneração de capitais próprios	828.695	376.691
Lucros (prejuízos) retidos	726.658	213.265
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	102.037	163.426
Valor adicionado distribuído	4.206.661	3.974.228

(I) Inclui os encargos previdenciários

¹¹As informações são auditadas pela Price Waterhouse Coopers – PwC.

Fica evidente, de forma nua e crua, como funciona o sistema capitalista. É assim, na Aperam, na FIAT, na Vale, enfim, na grande maioria das multinacionais instaladas no país, que promovem o saque das riquezas, exploram o trabalhador e o lucro é enviado a acionistas. A Estatização dessas empresas, sob um modelo Socialista, com o controle dos trabalhadores da produção e gestão podem garantir recursos econômicos para que o desastre não se aprofunde, e avançar para o desenvolvimento do país e das condições dignas para toda a população.

Estatização do sistema financeiro. Criação de um banco único sob controle de Conselhos Populares.

Também vale destacar a situação dos bancos, mesmo com os dados do período pré-pandemia. Foi divulgado pela imprensa que os recursos em posse dos bancos (R\$ 7,4 trilhões) no país é superior ao PIB (Produto Interno Bruto), R\$ 7,3 trilhões. Isso significa que um punhado de banqueiros tem recursos estocados em valores maiores que a produção de cada trabalhador e trabalhadora do país. Sabe aquele dinheiro que falta para acabar com a fome, o desemprego e a miséria??? Estão aqui. Por isso, é necessário a concentração e o controle desses recursos financeiros com a criação de um banco único estatal, em nível nacional, com subsidiárias em cada cidade. Este banco poderia prover os pequenos empresários de crédito para tocar seu negócio, o pequeno e médio agricultor a melhor sua produção, e financiar novas indústrias, universidades, escolas técnicas, necessárias para o desenvolvimento do país e da região.

g) Para entender o que significa o Socialismo.

Bolsonaro, e sua trupe, para ganhar as eleições espalharam suas *fake news* de que os governos petistas fossem Socialistas/comunistas. O desastre econômico e social dos governos petistas tem mais relação com a implantação do mesmo modelo que Bolsonaro aprofunda do que com Socialismo. Durante os anos que o PT governou, houve um período de crescimento econômico estimulado principalmente pela China, Rússia e Índia, para quem o Brasil forneceu insumos, como minérios (ferro, nióbio, bauxita, etc) e alimentos (soja, café, milho). Mas o outro lado da moeda foi uma forte liberalização e desnacionalização da economia, fundamentalmente da indústria. Ao final desse período, com Dilma no poder, sofriamos os efeitos do esgotamento mundial desse modelo, com os solavancos da crise de 2008/2009 ainda reverberada em 2014/2016.

Em sua época, Lula chegou a dizer que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como nos governos do PT. Isso é verdade. Os mesmos banqueiros que se beneficiam hoje com Bolsonaro. O ultra-liberal Guedes é tão banqueiro quanto o antigo Ministro de Lula, Henrique Meirelles. São os mesmos que mandam no país desde os tempos de colônia.

Implantar um modelo Socialista no país começa por cortar exatamente os privilégios dos banqueiros, das multinacionais, do grande agronegócio. Todos esses fazem parte de uma ínfima minoria que controla o sistema capitalista mundial e não tem interesse algum em resolver os problemas da classe trabalhadora e da população mais pobre.

A classe trabalhadora, os explorados e oprimidos devem buscar construir um governo baseado em Conselhos Populares. Esses devem ser com delegados eleitos nas fábricas, desde as grandes, até as pequenas e médias, nos empregados do comércio, nos bairros, com mandatos revogáveis. Esse governo deve buscar organizar a produção e usar todos os recursos a disposição para aplicar o plano de salvação e recuperação da economia. Podemos a partir desse novo governo construir uma sociedade sem miséria, sem desemprego, em que cada trabalhador, que já cumpre sua cota de

sacrifício na produção, posso também ter condições de usufruir de uma vida melhor. O trabalhador e a população do Vale do Aço merecem isso. Assim como Minas Gerais e o Brasil.

II - Um programa e a Alternativa Socialista para os Trabalhadores de Ipatinga e do Vale do Aço

O PSTU defende que somente uma revolução Socialista, em que os trabalhadores e o povo organizado passem a reorganizar a sociedade a partir de suas necessidades. Só assim, é que conseguiremos resolver os problemas sociais históricos de nossa população. Neste sentido, a prefeitura de Ipatinga, organizada em Conselhos Populares deliberativos, em aliança com todos os trabalhadores e trabalhadoras do Vale do Aço e de todo o país, conseguirão as forças necessárias para promover essas mudanças. A aliança também se dará combinada com as lutas dos setores oprimidos da sociedade que, longe de serem minorias, correspondem a ampla maioria da população: mulheres, os negros e negras, LGBT's, povos originários, que conformam, principalmente, a classe trabalhadora. A prefeitura deve incentivar e ser um fator para buscar construir a unidade de todos os explorados e oprimidos afim de criar um novo tipo de sociedade humana, fraterna e Socialista.

II. 1 - Conselhos Populares: Socialismo e trabalhadores no poder.

Confiamos que a solução dos problemas que vive o país, e nossa cidade de Ipatinga, estão nas mãos daqueles que produzem toda a riqueza da sociedade: a classe trabalhadora. Por isso, propomos a criação de Conselhos Populares, compostos e organizados por operários nas fábricas, canteiros de obras, minas, comércio, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, também organizados nos bairros populares, com mandatos revogáveis a qualquer momento pelos eleitores.

Estes conselhos serão a máxima autoridade municipal e ficarão encarregados de decidir 100% do orçamento da cidade. Enquanto na Câmara de Vereadores ficam esses parlamentares, votando pelos interesses das grandes empresas, os Conselhos serão compostos por milhares de trabalhadores, homens, mulheres, que representarão a grande maioria da população. Essa é a máxima expressão da democracia que não fica só no papel e no voto, mas que decide que a prioridade é acabar com o desemprego e resolver os principais problemas da população trabalhadora, ao invés de manter o lucro das grandes empresas e bancos.

II.2. - Medidas emergenciais para combater a crise.

1 - Para combater o desemprego: Todos têm direito a um emprego e renda.

- Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução de salários e direitos.
- Construção de um plano de obras públicas elaborado para construção de hospitais, escolas, moradia de qualidade, saneamento.
- Programa de moradia popular organizado de acordo com a necessidade de resolver o déficit habitacional da cidade. Habitação é direito. Combate à especulação imobiliária.
- Contra o fechamento da USIMEC. Proibição de demissões em toda a cidade por pelo menos dois anos. Garantia de salário social com extensão do auxílio emergencial até a cura da pandemia.
- Discussão de renda mínima para toda população trabalhadora, abarcando, desde os trabalhadores de carteira assinada, sem carteira assinada e autônomos. Garantia de salários para os trabalhadores de pequenas e médias empresas afetadas pela crise econômica.
- Limitação dos salários dos executivos e cargos de alto escalão das grandes empresas.
- Incentivo à agricultura familiar, com créditos baratos, ajuda técnica de agrônomos, incentivo de maquinário, afim de fornecer alimentação barata e de qualidade para os moradores da região. Combater a especulação do agronegócio e dos grandes supermercados e varejistas.
- Auditoria afim de saber se realmente a Usiminas paga os impostos conforme deveria pagar;
- Realizar estudos afim de verificar os valores do IPTU em todas e quaisquer lotes e edificações; Instituição do IPTU progressivo, de acordo com a renda familiar. Isenção de taxas e impostos para desempregados.
- Reativar o Restaurante Popular;
- Iniciar estudos de regularização fundiária de lotes e demais moradias que ainda não possuem documentação;

2 - Saúde não é mercadoria, combate a pandemia: Medidas emergenciais para salvar vidas.

- Valorização da classe desses trabalhadores municipais com adoção real plano de carreira;
- Por um SUS 100% público e estatal sob controle dos Conselhos Populares!
- Defesa dos profissionais do SUS!
- Contra a privatização da saúde!
- Estatização dos hospitais e laboratórios privados sob o controle dos trabalhadores!
- Ampliação do Programa de Saúde do Trabalhador para implantar medidas preventivas dentro dos locais de trabalho!
- Testagem nos locais de trabalho sob o controle dos trabalhadores!
- Construção do Bloco Cirúrgico e unidade neonatal, afim de transformar o Pronto Socorro Municipal em Hospital Municipal;

3- Educação pública, gratuita, universal e de qualidade.

- Defendemos que não se retorne as aulas enquanto durar a pandemia. Nossas vidas e de nossas crianças vem em primeiro lugar.
- Preparação de um plano de investimentos na educação básica do município. Estruturando educação pública de qualidade, desde o maternal até o ensino médio.
- Escolas por tempo integral, com quadras de esportes, natação, atletismo, campos de futebol. Construção de escolas de qualidade, gratuitas, para todos.
- Pagamento do piso nacional para os professores para 20 horas;
- Discussão sobre a categoria sobre o plano de carreira.
- Contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro, Guedes e Zema. Manutenção de todos os direitos previdenciários para o conjunto do funcionalismo municipal.
- Concurso público para todos os cargos, abaixo as terceirizações e PPP's.
- Queremos um futuro voltado para as novas tecnologias e diversificação das atividades econômicas. Criação da universidade municipal para toda a região do Vale do Aço, debatendo com a sociedade sobre os cursos a serem ofertados na região. Principalmente na produção de pesquisas e tecnologias voltadas a diversificar a matriz econômica da região e do país.

4 - Transporte Coletivo e Mobilidade Urbana.

A Saritur teve renovação de concessão por mais 25 anos, ou seja, os atuais vereadores e o atual prefeito, que nem usam o transporte público, determinaram que a população de Ipatinga terá mais 25 anos de serviços de transporte público precários. A concessão pública deve ser decidida pelos trabalhadores e pelos usuários. Por isso, propomos:

- A revogação imediata da concessão à Saritur e empresas privadas que exploram os trabalhadores e a população.
- A criação de uma empresa de transporte público municipal, com garantia de cobrança de passagens a preços de custo (Passagem social). Mobilidade é direito e não mercadoria.
- Valorização dos profissionais do sistema de transporte com escala de trabalho reduzida, salário justo e condições dignas de trabalho;
- Redução da tarifa de ônibus para preço de custo;
- Tarifa Zero para a classe trabalhadora desempregada, aposentados e estudantes;
- Garantia de investimento de equipamentos urbanos nos bairros, como bancos, áreas de lazer e comércio local;
- Estudo e mobilização de toda a região para a construção de um sistema de transporte ferroviário de passageiros e cargas que liguem a região do Vale do Aço a outras regiões do Estado.

- Pelo fim da máquina de sugar dinheiro público da duplicação da BR 381. Estatização das obras e auditoria nas contas das empreiteiras.
- Análise de viabilidade econômica em parceria com os governos estadual e federal afim de se construir um anel rodoviário evitando o trânsito em perímetro urbano, principalmente veículos de carga;
- Construir uma avenida que ligue o atual distrito industrial diretamente à BR 381 evitando que veículos de grande porte trafeguem pelas ruas do bairro Veneza 2.
- Pavimentação de ruas e calçadas em toda a cidade garantindo a facilidade de circulação de ônibus de trânsito de pedestres;
- Sinalização e iluminação adequadas nas ruas da cidade e distritos;
- Incentivar o uso de bicicletas com a construção de ciclovias para deslocamento do trabalho, escolas, universidades e para a prática de esporte e lazer;
- Programa municipal de educação para o trânsito para todas as escolas de educação básica do município através de parceria entre a Secretaria Municipal de Trânsito, educação e guarda municipal;
- Conselhos deliberativos de usuários e trabalhadores (as) para controlar o transporte público, quem usa e gere o transporte é quem deve decidir sobre ele.
- Ampliar as ciclovias pela cidade bem como fomentar o uso das bicicletas.

5- Que os ricos paguem pela crise.

- Como medida emergencial defendemos o imposto municipal (IPTU progressivo) sobre as grandes fortunas, grandes empresas (do comércio, serviços, agronegócio).
- Controle contábil das grandes empresas pelos trabalhadores, organizados em Conselhos Populares eleitos. Proibição de remessa de lucro para fora do município.
- Municipalização das terras cultiváveis sob posse das grandes empresas do agronegócio estrangeiras. Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores rurais. Criação de cooperativas públicas.
- Reestatização da Usiminas, Aperam, Vale e demais empresas privatizadas.

6- Combate ao Racismo

A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com o povo e a classe trabalhadora negra. As origens das desigualdades sociais e miséria vem desde o período da escravidão. Os beneficiários dessa situação são os banqueiros, grandes fazendeiros, ou seja, os capitalistas, que sempre superexploraram a classe trabalhadora. Existe uma necessidade urgente de uma reparação histórica.

Além disso, estudos indicam que homens e principalmente, mulheres negras, recebem salários bem inferiores aos homens brancos. Aos trabalhadores negros e negras é negado o acesso a oportunidades de trabalho, estudo, moradia e direitos sociais, de forma igualitária. Por este motivo, o combate ao

racismo está colada ao combate à sociedade capitalista e a construção de uma organização Socialista, que busque combater todas as formas de opressão, discriminação. A prefeitura de Ipatinga pode ser um pólo muito importante nesse combate, fortalecendo ações e projetos neste sentido:

- Pelo Fim do Genocídio da Juventude Negra! Pelo fim do encarceramento em massa e da criminalização da juventude negra e pobre! Para isso é necessário acabar com a guerra entre polícia e tráfico!
- Defendemos a descriminalização e legalização das drogas para pôr fim ao tráfico e à criminalização da juventude pobre!
- Tratar o consumo de drogas, inclusive o álcool, como uma questão de saúde pública! Programas de conscientização nas escolas sobre o uso e seus efeitos à saúde das pessoas.
- Desmilitarização da polícia militar! Por uma polícia única civil sob o controle dos trabalhadores! GCM exclusiva para segurança patrimonial e sob o controle do Conselho Popular de Segurança!
- Pelo direito pleno de sindicalização para a polícia e a guarda municipal, e pelo direito do policial/guarda municipal recusar ordens superiores que violem os direitos humanos!
- Pelo direito à autodefesa popular na periferia!
- Combate a xenofobia cultural contra religiões de matriz africana, e outras. Regularização de terras quilombolas e indígenas.

7- Combate ao machismo: Trabalhadoras e trabalhadores unidos contra o machismo!

A violência contra as mulheres é fruto do machismo. O machismo, assim como outras formas de opressão, está a serviço do capitalismo. Tem como objetivo acentuar a exploração da classe trabalhadora e dividi-la. Nosso país é o 5º na escala mundial em violência contra as mulheres. Esse ranking considera apenas o número de casos denunciados. Na realidade, as estatísticas são maiores.

Para além da violência física e sexual há também outras formas de violência que muitas vezes não são entendidas como tal. A violência psicológica, moral e patrimonial também se faz presente no dia a dia das mulheres. Todas as mulheres, independentemente da classe social, estão sujeitas à violência machista.

Mas as mulheres da classe trabalhadora estão muito mais expostas. São elas que usam o transporte público lotado e são assediadas. São elas que moram nos bairros periféricos onde nem mesmo o transporte público chega. São elas que enfrentam ruas mal iluminadas para trabalhar chegando tarde ou saindo de madrugada. São elas as mais sujeitas ao assédio sexual nos locais de trabalho.

Sofrem também com a violência do Estado quando não conseguem vaga em uma creche para deixar seus filhos em segurança para trabalhar. Quando engravidam e não têm acesso a tratamento digno para acompanhamento pré-natal e sofrem a violência obstétrica. Quando sofrem violência sexual e não encontram na rede pública o acolhimento e tratamento necessários para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Quando não encontram na segurança pública profissionais preparados e atendimento ético e humanitário em casos de abuso e quando não encontram as casas de passagem ou

abrigo funcionando para serem acolhidas com seus filhos. Quando não encontram apoio para romper com o ciclo de violência. Quando não conseguem trabalho para serem independentes e terem condições de sobreviver e cuidar de seus filhos.

Defendemos:

- Que a secretaria de assistência social atue no atendimento às mulheres vítimas de violência: acolhendo, acompanhando e apoiando as mulheres. Que através desta secretaria seja oferecido atendimento e acompanhamento psicológico, assistência jurídica, orientações sobre cuidados com a saúde e métodos contraceptivos. Que também sejam oferecidos curso de capacitação e possibilidade de inserção no mundo do trabalho;
- Todas as crianças na faixa etária de “creche” têm sua vaga assegurada na rede pública de educação municipal em horário integral;
- Aplicação e implementação da Lei Maria da Penha nos municípios, com criação de centros de referência às mulheres vítimas de violência, com atendimento psicológico, jurídico e social. Construção de Casas-Abrigo. Garantia de funcionamento de delegacias especializadas em tempo integral;
- Construção e ampliação de delegacias de mulheres com funcionamento 24 horas, para atender e investigar os crimes contra as mulheres;
- Grupos comunitários de autodefesa encarregados de controlar e trabalhar conjuntamente com policiais nos bairros, subordinados aos conselhos populares de segurança, formados por associações de bairros, sindicatos, organizações populares e de mulheres. Todos e todas devem receber treinamento militar, de combate a incêndio, enfermagem e estarem preparados para intervir nas agressões sofridas pelas mulheres dentro dos lares.
- Campanhas educativas permanentes envolvendo as secretarias de assistência social, educação e saúde, fazendo o enfrentamento à violência contra a mulher e combatendo o machismo;
- Um programa contra a violência deve combinar um programa pela melhoria nas condições de vida das mulheres, de modo que elas tenham acesso à saúde, educação, moradia e salários dignos, não ficando refém do agressor. A criminalização é uma maneira de combate, mas o centro da nossa intervenção é atacar as condições sociais que levam à violência ou que obrigam a mulher a se submeter.
- Licença Maternidade de 6 meses e, como direito, rumo a 1 ano;
- Licença Paternidade de 40 dias;
- Emprego pleno para todas as mulheres;
- Igualdade salarial entre homens e mulheres; Criação de Lei que impeça a contratação com salário diferenciado para o mesmo trabalho, proibindo todas as formas de flexibilização contratual que gerem desigualdade salarial entre homens e mulheres;
- Campanha pela legalização e descriminalização do aborto. Acesso das mulheres aos hospitais públicos no sentido de evitar as mortes das mulheres que, muitas vezes, recorrem a métodos abortivos que prejudicam

sua saúde. Campanha de prevenção e educação sexual nas escolas, locais de trabalho, associações de moradores, etc...

8 - Combate a LGBTfobia

Existe uma polarização crescente em torno do tema LGBT, em especial desde a campanha e eleição de Jair Bolsonaro. Por um lado, o governo adota abertamente um discurso de ódio, tentando dividir a classe e fortalecer um setor ideológico reacionário, e esse discurso tem entrada inclusive em parte da classe. Por outro, um setor importante de trabalhadores e jovens LGBTs entra em movimento e toma a linha de frente do combate ao governo, e impõe que o tema tenha cada vez mais visibilidade.

Repetimos a anos, e ainda é verdade, que estamos no país que mais mata LGBTs no mundo. Os dados que temos acerca da violência são sempre marcados pela subnotificação, e ainda assim eles têm demonstrado uma tendência crescente nos últimos anos, apesar da criminalização da LGBTfobia pelo STF – ainda mais com o constante e explícito incentivo à violência a partir do governo atual. Essa também é uma realidade presente em nossa cidade, e esse deve ser um dos principais pontos para darmos resposta, durante a campanha, quanto ao combate à LGBTfobia.

As LGBTs negras, em especial as travestis e transexuais, estão submetidas de forma ainda mais intensa à violência, em especial por parte das ações policiais do Estado nas periferias da cidade.

Os casos de agressão física ou abuso psicológico, estupros e assassinatos se encontram tanto em espaços públicos quanto dentro de casa, por parte de conhecidos e familiares. A pandemia, ao reduzir a possibilidade de convivência fora do ambiente doméstico, coloca uma situação de ainda maior vulnerabilidade para as LGBTs, em especial jovens, que convivem em casa com seus agressores.

Por isso, defendemos:

- Basta de discurso de ódio, LGBTfobia é crime! A necessidade de campanhas contra a LGBTfobia e políticas de combate à violência, a criminalização da LGBTfobia não pode ser só no papel, as delegacias devem estar preparadas para lidar com as denúncias e, para isso, é necessário o fim da polícia militar e a criação da polícia civil única controlada pelos trabalhadores! Casas abrigo para LGBTs expulsas de casa e vítimas de violência doméstica. Moradia fixa para LGBTs expulsas de casa desapropriando imóveis usados pela especulação imobiliária. É preciso organizar a auto-defesa da classe trabalhadora, também para defender seus setores oprimidos.

- Contra qualquer tentativa de “cura gay”, ser LGBT não é doença, doente é o capitalismo. Defender a vida das LGBTs também é defender a prevenção ao suicídio, a saúde mental das LGBTs importa, por acesso ao tratamento psicológico de qualidade e gratuito pelo SUS.

- Educação sexual nas escolas é questão de saúde pública! Debater identidade de gênero e orientação sexual é combater a opressão nas escolas e a evasão escolar de LGBTs! O Estado é laico, e a educação pública também!

9- Meio-ambiente

A dominação capitalista está levando a exaustão e destruição dos recursos naturais e colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Estamos vendo o governo Bolsonaro incentivando a destruição da Amazônia, do Pantanal, do Cerrado, para ampliar áreas do agronegócio e mineração. As chamas matam também nossas vidas e de nossos filhos. Em Minas Gerais, a extração parasitária de minério-de-ferro, levou aos desastres das barragens de rejeitos, verdadeiras bombas-relógio, sendo que várias já romperam, promovendo massacres como em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), com centenas de mortos. Mas também o deserto-verde do eucalipto ameaça as nascentes e o lençol freático. As emissões de gases descontroladas poluíram o ar que respiramos por dezenas de anos.

O meio-ambiente, a natureza, os recursos são usados como bens-privados a serviço do grande capital. E a água, nossa sobrevivência vem em segundo plano. Devemos inverter essa lógica predatória e adotar um uso racional e sustentável, privilegiando a qualidade de vida ao invés do lucro. Isso somente é possível através de um sistema Socialista.

- Buscar um estudo de monitoramento da qualidade do ar da cidade de Ipatinga por uma instituição independente e imparcial com a UFMG ou quaisquer outras que possam prestar esse serviço;
- Revitalização do Rio Piracicaba, Ribeirão Ipanema e seus afluentes bem como mapear, controlar e monitorar todas as nascentes dentro do município.
- Punição das empresas, e grandes produtores rurais que não tratem os resíduos de acordo com as normas ambientais.

10 - Democratização da arte e da cultura

Em IPATINGA e no Vale do Aço, a classe trabalhadora e a juventude têm pouquíssimo acesso à cultura popular. Percebe-se a inexistência de uma política que incentive a classe trabalhadora a ter acesso e a expressar sua própria cultura, seja por livros, peças de teatro, filmes, ou até mesmo sarais, grandes festivais, etc. Há falta de lugares para criação e difusão cultural, que possibilite a organização de artistas, processos culturais, e de preservação das tradições culturais das comunidades e da cidade.

Entendemos que é essencial para o desenvolvimento da cidade e da região a preservação e o incentivo da cultura popular. É preciso destinar recursos para isso. Aachamos fundamental ampliar os programas de apoio a jovens artistas, sejam eles de música, teatro ou dança, o que é de fundamental importância para pensar uma cidade culturalmente completa.

Os Conselhos Populares dos Trabalhadores e do povo organizados devem debater como democratizar, incentivar os espaços já existentes (teatros, museus, cinema, etc.) e criar condições de infraestrutura para difusão dos diversos movimentos culturais e artísticos (congaieiros, poetas, hip-hop, artistas plásticos, etc.).

Defendemos:

- Iluminação, acesso a WI-FI, infraestrutura de áudio e vídeo para todas as praças (priorizando os localizados nas periferias);
- Fomento à realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação, inclusive noturnas, dando vida a estes espaços e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas;
- Política de apoio a todas as formas de manifestação artística e cultural.
- Criação de uma editora pública controlada pelos artistas, sem censura, para produção, edição e impressão de livros, revistas, cartilhas, e outros materiais, destinados a cultura popular.
- Criação de uma TV Pública, com programação voltada para documentários, novelas, teatros, coberturas jornalísticas dos eventos de Ipatinga e de toda região do Vale do Aço.
- Facilitação do acesso das Associações, Sindicatos, e movimentos sociais, a rádios comunitárias.
- Dizemos não à Censura e em defesa das liberdades democráticas. Em defesa da liberdade geral e irrestrita da imprensa e cultura.

11 – Esporte, Cultura e Lazer:

A prática de esportes é fundamental para o desenvolvimento do ser humano e que pode potencializar todas as suas habilidades físicas e mentais. Melhora a saúde geral, a educação, e a produtividade geral da sociedade. Infelizmente o capitalismo retira cada vez mais o tempo de lazer e prática de esportes, com o aumento das estafantes jornadas de trabalho.

É preciso virar essa página. Incentivar e investir em Esporte e Lazer é prioridade para chegar até os trabalhadores. É necessário tempo livre para os trabalhadores dedicarem ao lazer e a cultura corporal.

Ofertar condições de jovens, adultos e idosos terem acesso e acompanhamento com profissionais habilitados na prática de esporte nos bairros, comunidades e distritos é de suma importância.

A construção de um programa voltado para Esporte e Lazer é prioridade para uma sociedade justa e igualitária, em que o ser humano tenha plenamente suas potencialidades culturais, físicas e mentais desenvolvidas. Neste sentido, apresentamos algumas propostas:

- Construção de ginásios poliesportivos e clubes populares nos bairros com profissionais habilitados trabalhando e organizando a participação popular;
- Revitalização **do Ipatingão** sua gestão passe a ser da comunidade esportiva, atletas, profissionais da área.

- Investimento e Apoio à Liga Municipal de desportos, clubes para realização de Campeonatos, Copas. Buscar junto aos Clubes existentes na cidade garantir o trabalho desde o Sub 08 até a Categoria Master. Incentivo e Investimento em todos os campeonatos tradicionais de nossa cidade;
- Oferecimento à população de baixa renda projetos das diversas áreas da cultura corporal: ginástica, esportes, luta, jogos e dança.
- Incentivo aos Projetos Sociais de Artes Marciais. Abertura de academias comunitárias, com orientação profissional e aparelhos de qualidade, em locais apropriados.
- Preservação das áreas públicas de lazer ainda existentes nos bairros e a criação de novas áreas através de desapropriações de terrenos que servem de especulação imobiliária.